

POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

GERENCIAMENTO INTEGRADO DO PROJETO DA BACIA DO RIO PUTUMAYO-IÇÁ

AGÊNCIA EXECUTORA REGIONAL
Sociedade de Conservação da Vida Selvagem - WCS

A Estrutura Ambiental e Social (ESF) entrou em vigor em 1º de outubro de 2018 e se aplica a todas as iniciativas apoiadas por meio de financiamento de projetos de investimento iniciados após essa data. A estrutura faz progressos significativos em áreas como trabalho, não discriminação, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, saúde e segurança da comunidade e envolvimento das partes interessadas, incluindo a expansão do papel da participação pública e dos mecanismos de reclamação.

<https://www.bancomundial.org/es/projects-operations/environmental-and-social-framework/brief/environmental-and-social-standards>

O MAS reforça o compromisso do Banco Mundial com o desenvolvimento sustentável 10 Padrões Ambientais e Sociais (ESS) projetados para apoiar o gerenciamento de riscos ambientais e sociais por implementadores/consultores de projetos que usam fundos do Banco Mundial. Um conjunto de instrumentos, acordos, processos e ferramentas para identificar, evitar, mitigar, avaliar e minimizar danos, impactos adversos e evitar riscos para as pessoas e o meio ambiente na implementação do projeto.

Os EAS ajudam os implementadores de projetos a fortalecer seus próprios sistemas de salvaguarda e a desenvolver a capacidade de gerenciar riscos ambientais. Por outro lado, eles aumentam a resiliência dos recursos naturais superexplorados, melhoram a saúde ambiental, bem como fortalecem a governança ambiental implementadores do projeto e a resiliência das comunidades às mudanças climáticas e outras mudanças ambientais.

As ações geradas durante a implementação do EAS visam a:

- Não danificar a base de capital natural, que inclui terra, ar, água e biodiversidade.
- Reabilitar ou reverter perdas na riqueza dos recursos naturais. Aumento da sustentabilidade do uso e da governança dos recursos naturais da comunidade.
- Aumento da resiliência para os impactos ambientais e climáticos. Uso mais seguro e eficaz de pesticidas para commodities, agricultura e saúde.

Os Padrões Ambientais e Sociais (EAS) do Banco Mundial e as próprias políticas da WCS estabelecem as exigências a serem cumpridas pelos consultores e beneficiários do Projeto em relação à identificação e avaliação dos riscos e impactos ambientais e sociais associados a consultorias e subprojetos. O Banco e a WCS acreditam que a implementação do EAS melhorará as ações voltadas para a não discriminação, transparência, participação, responsabilidade e governança; e melhorará os resultados do desenvolvimento sustentável por meio do contínuo das partes interessadas, entre outros aspectos.

Tabela 1. EAS do BM relevante para a operação do Projeto da Bacia do Putumayo-Ica,

EAS	Escopo e objetivo
EAS 1	Avaliação e gerenciamento de riscos e impactos ambientais e sociais. É obrigatório para todos os projetos e inclui o desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental e Social e o Plano de Engajamento Ambiental e Social.
EAS 2	Promove a saúde e a segurança ocupacional, neste caso associadas ao impacto potencial sobre a saúde humana devido à exposição direta ao mercúrio durante o monitoramento e a amostragem. Medidas de saúde e segurança As normas de Saúde e Segurança Ocupacional que se aplicam ao projeto serão estipuladas no contrato legal e no PCAS.
EAS 3	Visa evitar ou minimizar os impactos adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente, reduzindo ou evitando a poluição das atividades do projeto associadas ao georreferenciamento de atividades poluidoras, coleta e armazenamento de amostras de água, projeto e implementação de sistemas de controle de qualidade da água e uso de estações de tratamento de água. pilotos de mitigação, remediação e restauração.
EAS 4	Reconhece que as atividades, os equipamentos e a infraestrutura do projeto podem aumentar a exposição da comunidade a riscos e impactos, nesse caso associados ao georreferenciamento de atividades poluidoras, à implementação do sistema de alerta precoce de poluição da água, ao projeto e à implementação de projetos-piloto e ao desenvolvimento e à implementação de um sistema de alerta precoce de poluição da água. restauração e remediação.
EAS 5	Reconhece que as restrições de uso da terra relacionadas ao projeto podem ter impactos adversos sobre as comunidades e os indivíduos, resultando em deslocamento econômico ou físico e perda de acesso a fontes de renda ou meios de subsistência, por exemplo, na implementação de pilotos para desenvolver de valor de peixes, na elaboração de estratégias de conservação e gestão de tartarugas, na elaboração de planos/acordos de cadeias de valor de pesca e na elaboração de planos/acordos de conservação e gestão. e do Plano de Ação Regional para prevenção e controle conjuntos.
EAS 6	Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos. Ela reconhece que a proteção e a conservação da biodiversidade e o gerenciamento sustentável dos recursos naturais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Também reconhece a importância de manter as funções ecológicas essenciais dos habitats, incluindo as florestas, e a biodiversidade que elas sustentam. O EAS 6 também aborda o gerenciamento sustentável da produção primária e a colheita de recursos naturais vivos e reconhece a necessidade de considerar os meios de subsistência das comunidades afetadas pelo projeto, incluindo os povos indígenas, cujo acesso à biodiversidade ou aos recursos naturais vivos, ou cujo uso da biodiversidade ou dos recursos naturais vivos, é essencial para o desenvolvimento sustentável. recursos, poderiam ser afetados por um projeto.
EAS 7	A norma reconhece que os povos indígenas têm identidades e aspirações que diferem das dos grupos sociais dominantes nas sociedades nacionais; sua situação econômica, social e legal muitas vezes limita sua capacidade de defender seus direitos a terras, territórios e recursos naturais e culturais, bem seus interesses nesses direitos, territórios e recursos, e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de projetos de desenvolvimento. Isso inclui a obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) dos povos indígenas que serão afetados e a realização de uma Consulta significativa destinada aos povos indígenas. As atividades associadas ao projeto ampliam o escopo do processo em rumo a uma visão regional compartilhada.
EAS 8	Promove a consulta significativa às partes interessadas em relação ao patrimônio cultural tangível e intangível, neste caso associada ao fortalecimento das capacidades locais de gestão do conhecimento e elaboração de planos de gerenciamento de pesca.
EAS 10	Reconhece a importância da interação aberta e transparente entre o Mutuário e as partes interessadas afetadas ¹ e inclui disposições para a participação durante a formulação e implementação do projeto, bem como o mecanismo de reclamações e queixas. Inclui a elaboração e a implementação do SEP, do reclamações e queixas e a implementação de medidas de mitigação do PCAS.

Políticas da WCS.

A WCS acredita que a conservação da natureza e dos recursos naturais é essencial para a vida na terra, o futuro da humanidade e o bem-estar e as identidades culturais dos Povos Indígenas e das comunidades tradicionais e locais. As políticas e procedimentos empregados pela WCS no campo com a comunidade, governo e parceiros do setor privado são projetados para garantir que as ações de conservação sejam consistentes com as melhores práticas dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais e locais.

práticas de salvaguarda social e cumprem as normas internacionais de direitos humanos (consulte <https://www.wcs.org/about-us/literature/conservation-and-human-rights>).

A Tabela 2 abaixo resume as políticas e procedimentos da WCS para garantir a conformidade com as normas internacionais de direitos humanos, como a [Estrutura Ambiental e Social do Banco Mundial](#), [a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#), [a Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e [o Relatório Belmont](#) sobre Princípios Éticos e Diretrizes para a Proteção de Sujeitos Humanos de Pesquisa.

Políticas e procedimentos da WCS relevantes para o Projeto Putumayo-Içá.

Política	Descrição
Código de Conduta da WCS	Adotado em fevereiro de 2019. Determina padrões de conduta para a equipe da WCS, independentemente de sua localização, posição e nível de responsabilidade, bem como para aqueles que agem em nome da WCS. Exige conformidade com um conjunto de princípios e políticas organizacionais, incluindo respeito aos direitos humanos, proteção de crianças e adultos vulneráveis, , respeito no local de trabalho e proteção de denunciantes. Não conformidade com o Código de Conduta e suas salvaguardas O funcionário está sujeito a ações disciplinares, incluindo a rescisão do contrato de trabalho.
Conservação baseada em direitos e consentimento livre, prévio e informado (FPIC)	O compromisso de longo prazo da WCS inclui a criação de parcerias efetivas e duradouras com os Povos Indígenas e as comunidades locais, aderindo aos padrões internacionais para garantir sua total participação, por meio do processo FPIC, nas decisões relacionadas ao desenvolvimento e à gestão de recursos naturais governados pelo Estado, incluindo todas as categorias de áreas de conservação, e garantindo que eles não sejam deslocados involuntariamente, seja física ou fisicamente economicamente.
Participação das partes interessadas	Em 2009, a WCS adotou o documento "Conservation and Human Rights: A Framework for Action" (Conservação e direitos humanos: uma estrutura para ação" ()), afirmando seu compromisso com um conjunto de princípios sobre o respeito e a promoção de padrões globais de direitos humanos no decorrer de seu trabalho de conservação, enfatizando a participação das partes interessadas como um componente fundamental.
Política sobre deslocamento humano	Ele afirma que o deslocamento físico e econômico deve ser tratado como último recurso e que, quando for necessário, deve ser realizado de acordo com os mais altos padrões internacionais. Na prática, isso significa cumprir os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Deslocamento Interno (E/CN.2) e as melhores práticas na área. (por exemplo, os Padrões Ambientais e Sociais 5 do Banco Mundial).
Mecanismo global de reparação de queixas	Ele permite que as partes interessadas externas, bem como a equipe da WCS, relatem quaisquer alegações feitas de boa fé sobre um projeto ou atividade implementada ou patrocinada pela WCS que se acredita razoavelmente contribuir ou causar abusos de direitos humanos, violações dos direitos humanos de indivíduos ou comunidades, ou violações de outras salvaguardas sociais. Esse mecanismo global pode ser complementado por procedimentos adicionais baseados no local e adaptados localmente, desenvolvidos por programas e projetos. de cada país, conforme apropriado.
Revisão interna de pesquisas com seres humanos	A WCS assinou uma FWA (Federal Wide Assurance, Garantia Federal Ampla), que garante que todo o pessoal envolvido na coleta de dados sobre seres humanos deve primeiro concluir o treinamento em pesquisa sobre seres humanos e todas as pesquisas sobre seres humanos devem ser aprovadas pelo Conselho de Revisão Institucional. da WCS.
Treinamento e desenvolvimento de capacidades	Ela incorpora treinamento e capacitação adequados em todos os seus programas, incluindo treinamento especializado em direitos humanos para guardas ecológicos e outros funcionários responsáveis pela aplicação da lei, onde apoiamos áreas protegidas, e para funcionários que trabalham com povos indígenas e comunidades locais, onde nos envolvemos em programas e projetos comunitários.
Segurança e proteção	Os Padrões de Segurança do WCS e o Plano de Gerenciamento de Crises do WCS-GCP observam que, quando o onde o WCS trabalha apresenta desafios de segurança e proteção, como áreas de
Política	Descrição

	Em zonas de conflito ativas, áreas onde a governança é fraca e áreas remotas com instalações médicas ou de transporte limitadas, os gerentes da WCS têm a responsabilidade de ter planejamento, recursos e equipamentos adequados de segurança e proteção disponíveis para a proteção do pessoal sob sua supervisão. Em nível individual, a responsabilidade inclui o cumprimento das recomendações, diretrizes e protocolos de saúde, segurança e proteção; participar de treinamentos quando necessário ou obrigatório; estar ciente das ameaças à segurança e proteção no ambiente em que ; e tomar decisões prudentes. que não coloquem em risco a vida ou a integridade física de forma irracional.
Trabalho infantil	Política de Salvaguarda da WCS estabelece o compromisso da WCS com a proteção de indivíduos - especialmente crianças, adultos vulneráveis e comunidades - contra abuso ou exploração que possam ser causados por seu contato com trabalho e programas da WCS. Com relação aos (com menos de 18 anos), a WCS não tolera abuso físico ou emocional, abuso sexual, negligência, exploração ou qualquer outra atividade que possa resultar em danos à saúde, segurança, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade de qualquer pessoa.

Além disso, como uma ferramenta de gerenciamento ambiental do projeto, a WCS tem um Relatório de Mitigação Ambiental (EMR) que busca identificar os impactos ambientais associados às atividades realizadas na implementação do projeto, apoiar a definição de medidas de mitigação adequadas e monitorar a implementação dessas medidas.

Finalmente, como parte de seu Código de Conduta, a WCS honra os princípios de direitos humanos, obedece às leis de direitos humanos e respeita as culturas, estruturas e costumes das comunidades e países onde trabalha, com o devido respeito pelo conhecimento tradicional, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais. Os Princípios de Direitos Humanos adotados afirmam os seguintes compromissos no do trabalho da WCS em conservação:

- Respeitar os direitos humanos proclamados internacionalmente e garantir que não será cúmplice ou contribuirá para violações dos direitos humanos.
- Apoia e promove a realização dos direitos humanos dentro do foco dos programas de conservação da WCS.
- Ele apoia o aprimoramento dos sistemas de governança que podem contribuir para garantir os direitos das populações locais no contexto da conservação e do uso dos recursos naturais.